

Caio Cigana INTERINO
caio.cigana@zerohora.com.br

RETA FINAL PARA FORMATAR SEGURO COM DINHEIRO PRIVADO

A partir de agora com a participação de empresas de insumos e serviços ligadas ao setor, o grupo de trabalho incumbido da missão de construir a proposta de um seguro agrícola financiado por um fundo privado pretende ter o modelo pronto até o dia 17 de outubro. Nessa data, o formato idealizado por produtores rurais, seguradoras, governo e empresas será entregue ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que deu a tarefa de coordenar o esforço ao presidente da Associação Brasileira de Produtores de Milho (Abramilho), Alysso Paulinelli, que também ocupou a pasta, na década de 1970.

O grupo esteve reunido em São Paulo durante a quinta e a sexta-feira, sendo que apenas no segundo dia as empresas, mais resistentes à possibilidade de colocarem dinheiro no fundo, participaram das discussões.

– Não temos uma proposta fechada. Queremos

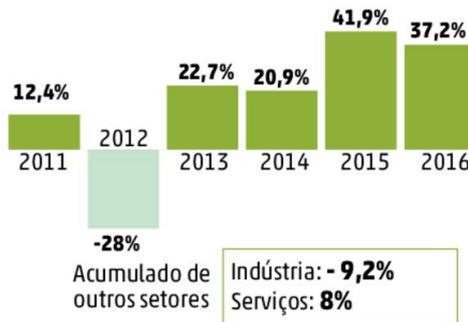
trabalhar juntos e ter a experiência do setor privado para chegarmos a um esquema o mais simples possível – diz Paulinelli.

A ideia original era implementar uma gestão quadripartite para o fundo, pensado para ajudar a cobrir os prejuízos com problemas climáticos, por exemplo, solucionando um dos principais gargalos da agricultura nacional. Estima-se que apenas 14% das lavouras brasileiras tenham o benefício do seguro agrícola, enquanto nos Estados Unidos o percentual se aproxima de 90%, garantindo não apenas os custos de produção, mas a renda ao produtor.

No Brasil, o modelo atual depende de recursos oficiais, que regularmente sofrem contingenciamento. O tema é discutido há mais de uma década, sem que se chegue a um consenso. Resta esperar que, agora, a convergência esteja finalmente a caminho. Pronto para ser implementado em 2017, espera Paulinelli.

FORÇA DO CAMPO

Na comparação semestral (jan-jun), a agropecuária gaúcha tem crescimento acumulado de 37,2% de 2010 a 2016



Fonte: FEE

O VIÇO DA AGROPECUÁRIA

Que a agropecuária tem sido o esteio da economia gaúcha nos

últimos anos, ninguém mais duvida. A pedido da coluna, a percepção foi transformada em números pelo coordenador do núcleo de contas regionais da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Roberto Rocha. Os cálculos, de acordo com a nova metodologia do PIB que passou a ser usada pelo IBGE, mostram que, de 2010 a 2015, o volume de produção acumulado do setor cresceu 32,4%. É, disparado, o segmento com melhor desempenho. No mesmo intervalo, a indústria recuou 8% e os serviços, onde também está incluído o comércio, cresceu apenas 8,2%.

Com os números mais fresquinhos do segundo trimestre, época em que a influência do campo

é maior devido à colheita da soja, a pujança do campo em um período de desaceleração

da economia fica mais nítida. Na comparação semestral, o avanço acumulado nas primeiras metades do ano até 2016 é de 37,2%. Enquanto isso, o volume de produção da indústria murchou 9,2% e a de transformação (excluindo-se construção civil, extração mineral e o setor de energia e saneamento) minguou 17,2%. O segmento de serviços, responsável por dois terços do PIB gaúcho, cresceu somente 8%.

Com o recorte dos intervalos de abril e junho, a alta da agropecuária acumulada no segundo trimestre chega a 65,6%. O indicador, apesar de ser de volume, também incorpora a mudança nos preços de um ano para o outro.

FACILITANDO A EXPORTAÇÃO



Após mais de 40 dias coletando amostras de tabaco processado e fazendo testes laboratoriais, a missão chinesa com técnicos da Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena do país asiático concluiu que o produto brasileiro está apto a ser embarcado. A pré-inspeção do tabaco comercializado para o país

costuma acontecer anualmente com o intuito de assegurar a ausência de pragas quarentenárias no produto. O Ministério da Agricultura tenta agora fazer com que, nos próximos anos, não seja mais necessário o monitoramento prévio para a liberação do embarque devido à comprovação da qualidade e da integridade do tabaco brasileiro.

DADOS DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) DE 2015, DIVULGADOS SEXTA-FEIRA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONFIRMAM QUE A AGROPECUÁRIA AINDA CONSEGUE SER UMA ESPÉCIE DE ILHA EM MEIO AO AVANÇO DO DESEMPREGO. TERMINOU O ANO PASSADO COM SALDO POSITIVO DE 20.898 VAGAS. FOI O ÚNICO SETOR A ENCERRAR 2015 COM CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO PAÍS.

BOM APETITE, VIETNÃ

Uma boa notícia para a pecuária gaúcha veio do outro lado do mundo. Com 94 milhões de habitantes, o Vietnã abriu o seu mercado para a carne suína, bovina e de frango do Brasil. O acordo também inclui derivados de leite. Vale lembrar que o Rio Grande do Sul é um dos três principais produtores de carne

suína e de aves do país e tem a segunda maior bacia leiteira. No caso dos bovinos, ainda há necessidade de visitas técnicas no Brasil para sacramentar abertura do novo mercado.

A confirmação veio com a passagem do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, pelo país asiático.



A Secretária da Agricultura faz em outubro levantamento sobre sanidade suína em criatórios sem finalidade comercial. Serão coletadas amostras em 320 propriedades de 211 municípios gaúchos. O objetivo é confirmar a ausência do vírus da peste suína, medida necessária a cada dois anos em áreas onde não há a doença.

PARA EVITAR INJUSTIÇAS

Junto com produtores de hortigranjeiros e atacadistas, o presidente da Ceasa, Ernesto da Cruz Teixeira, foi a Brasília para tratar com o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, da reivindicação de que programas de análise de resíduos de agrotóxicos deixem de coletar amostras nas gôndolas dos supermercados. A fiscalização continuaria nas propriedades, Ceasa e depósitos das redes. O argumento é de que coletar nas gôndolas abre a possibilidade de os agricultores serem responsabilizados e multados de forma injusta em caso de irregularidade por ser um local onde alimentos, de várias procedências, são misturados. Nos depósitos dos supermercados, os hortigranjeiros ainda estão nas caixas, com origem identificada.

A demanda foi encaminhada ao ministério porque a nova pasta absorveu o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que representava os interesses da agricultura familiar. O assunto vai ser levado agora à Secretaria Estadual da Saúde, responsável pela coleta.